



ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA - 2022

Ao vigésimo segundo dia de abril de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas e dez minutos, teve lugar no edifício sede da Junta de freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a primeira sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Secretariada por Ana Maria Gomes Codorniz Costa e Ângela Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de primeira e segunda Secretárias respetivamente.-----

Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: -----

-----**Pelo grupo do partido social democrata:** -----

-----Marília de Fátima Meneses Soares Luís-----

-----Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda-----

-----Ângela de Fátima Pereira Borges Pires-----

-----Ana Maria Gomes Codorniz Costa-----

-----João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima-----

-----**Pelo grupo do partido socialista:** -----

-----José Élio Valadão Ventura-----

-----Francisco Pontes Luís de Melo-----

-----António Gonçalves Toste Parreira-----

-----Patrícia de Fátima Vieira Rocha Martins-----

-----**Junta Freguesia da Ribeirinha:**-----

-----Alberto Gonçalves de Melo-----

-----Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste-----

-----João Davide Pires Leal-----

As identidades de todos os elementos presentes foram verificadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia, em conformidade com o artigo 78 conjugado com o artigo 79 da Lei n.º 169/99 de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 95-A/2002, de onze de janeiro, alterada pela Lei n.º 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de trinta de novembro e pela Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.-----

Foi apresentado por Emília Pires Gaspar um pedido de substituição, enquanto membro da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha, por motivo de ausência inferior a trinta dias, nos termos do

previsto no artigo 78º da lei 169/99, de dezasseis de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2022, de onze de janeiro, alterada pela lei nº 67/2007, de trinta e um de dezembro, pela lei orgânica nº 1 /2011, de trinta de novembro e pela lei nº 75/2013, de doze de setembro. Nos termos do artigo 79º da lei nº 169/99, de dezasseis de setembro, com as alterações supra citadas é assim, substituída pela eleita Patrícia de Fátima Vieira Rocha Martins.-----

-----**Período antes da ordem do dia**-----

Foi solicitado pelo Presidente da Assembleia, autorização para a gravação áudio da sessão, como forma de facilitar a elaboração da respetiva ata, não houve oposição ao pedido. Este informou ainda que a ata da última sessão ordinária foi remetida por e-mail atempadamente a todos os membros presentes naquela reunião. Pediu, então, a aprovação da mesma.-----

António Parreira alertou para pequenos detalhes/erros pontuais sobre a ata a aprovar, tendo sido retificado o achado conveniente pelo presidente da assembleia.-----

José Élio Ventura, referenciou que embora os presentes elementos do grupo do PS não tenham estado presentes na última Assembleia concordam com o teor da ata, dado que depois de contactados os constituintes que estiveram presentes na última Assembleia e atendendo ao constatado, não têm forma de justificar a sua abstenção (prática corrente nesses casos).-----

O Presidente da Assembleia levou, assim, a ata número quatro da Assembleia de Freguesia da Ribeirinha de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e um a votação, e não havendo qualquer objecção foi aprovada por unanimidade em todo o seu teor.-----

O Presidente da Assembleia, informou que à semelhança da última reunião e fazendo uso do previsto no ponto 2 do artigo 25 do Regimento da Assembleia de Freguesia colocará à aprovação em minuta as deliberações tomadas em cada sessão, por forma a que as mesmas possam adquirir eficácia no dia seguinte ao da sua eventual aprovação, pois esta facilita e agiliza a intervenção do Executivo, sendo esta minuta lida em voz alta no final da reunião e assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e pelas Secretárias da mesma.-----

José Élio Ventura referiu, que, dado já ter sido aprovado por unanimidade na última reunião a questão da minuta das deliberações a efetuar em cada reunião, não há nada a opor.-----

O Presidente da Assembleia, referiu que, por uma questão de cordialidade para com os presentes elementos do grupo do PS achou por bem reforçar a decisão da opção da minuta das deliberações, em virtude de estes não terem estado presentes na última Assembleia.-----

O Presidente da Assembleia comunicou que, desde a última reunião, a única correspondência registada pela Mesa da Assembleia foi a convocatória para esta reunião, não tendo sido recebida ou

expedida outra pela Mesa. Pediu, assim, a dispensa da sua leitura, uma vez que esta foi enviada a todos os presentes.-----

O Presidente da Assembleia deixou à consideração de todos os membros eleitos da Assembleia de Freguesia a possibilidade de questionarem o Executivo sobre a administração direta do referido órgão da Freguesia.-----

José Élio Ventura interveio, abordando o assunto já discutido na anterior reunião, no que respeita à impossibilidade de os cidadãos comentarem as publicações na página do *Facebook* da Junta de Freguesia, alegando que, seria uma oportunidade para conhecer a opinião das pessoas da freguesia, à semelhança de outras situações em que se pretende a participação dos cidadãos.-----

José Élio Ventura questionou o presidente da Junta, acerca da existência de compromisso ou cronograma sobre as asfaltagens das ruas mencionadas em ata na última reunião, salientando que é ali referido a realização de uma adenda para a asfaltagem da Ladeira Grande. O mesmo perguntou ainda, sobre a situação da habitação da senhora Maria Couto. Perguntou também, quais as diligências que o Executivo fez para captar potenciais interessados para a desejada Mercaria da Ladeira Grande. -----

José Élio Ventura confrontou ainda o Presidente da Junta sobre o compromisso do Governo na intervenção na Canada do Serriola. Isto porque, em campanha, deslocaram-se à Ribeirinha vários elementos do Governo comprometendo-se com esta intervenção e agora dizem não terem qualquer compromisso para com a mesma. Este, disse ainda, haver contradição no que está registado em ata quanto ao que foi dito pelo Presidente da Junta e pelo Tesoureiro do Executivo, enquanto o primeiro referiu que se iria proceder às obras na Canada do Serriola, o Tesoureiro disse que a obra estava numa fase embrionária e que não havia qualquer compromisso em relação a esta matéria. Deu ainda uma nota sobre a Intervenção do senhor Francisco Parreira, dizendo que o que interessa é perceber qual o olhar do Executivo sobre o Centro de Dia, compreender a atual titularidade da Cooperativa e qual a perspetiva futura em relação a essa matéria. -----

O Presidente da Assembleia, cedeu a palavra ao Presidente do Executivo. Alberto Melo, aproveitou para publicamente dar o registo de parabéns à colega da Assembleia, Emiliania Gaspar, pelo nascimento do seu rebento, referindo que o Executivo trouxe um mimo para oferecer à mesma pelo feliz acontecimento. Uma vez que a Emiliania Gaspar não se encontrava presente na reunião, foi referido que o mesmo será entregue em mão à própria.-----

Quanto aos pontos que o José Élio Ventura frisou, o Presidente da Junta disse que em conversa com os engenheiros da Câmara, foi-lhe sugerido que fizesse um ofício frisando as quatro ruas com

necessidade de serem asfaltadas.-----

No que diz respeito à questão da mercearia da Ladeira Grande, Alberto Melo disse ter contactado vários possíveis interessados, entre os quais o senhor Luís Cabral e que até ao momento as respostas foram todas negativas.-----

José Élio Ventura por seu turno, disse julgar que havia possibilidades para a concretização da mesma. Alberto Melo referiu ser intenção do Executivo fazer a Canada do Serriola, só que esteve no local o IROA, na pessoa do senhor Maurício e dizem ser uma canada complicada e que não há verbas para tal, disse ainda que esta Canada é camarária e não do IROA.-----

Contrapondo o exposto, José Élio Ventura dá o exemplo do que foi feito na Ribeirinha, nomeadamente no caminho do Barro Vermelho, cuja execução foi assegurada pelo Governo, mesmo não sendo da responsabilidade do mesmo. Disse ainda, que, cabe assim, ao Presidente da Junta reclamar perante as autoridades competentes. -----

O Presidente da Junta informou que houve na sede da Junta uma reunião com o Presidente da Câmara e restante Executivo, na qual foram discutidos diversos assuntos, entre eles a Canada do Serriola, tendo o Presidente da Câmara referido que quando esteve no local em campanha eleitoral, comprometeu-se a fazer a dita canada, mas que dado não ter ganho a lista apoiada pelo seu partido à Junta de freguesia da Ribeirinha, atualmente não apoia o projeto.-----

Alberto Melo continuou proferindo sobre os catorze projetos apresentados à Câmara Municipal de Angra e que vieram praticamente todos cortados, inclusive a canada do Serriola. Ficando apenas dois projetos em análise, aquisição de duas casas e a construção do parque de estacionamento junto à antiga escola da Ladeira Grande.-----

O Presidente da Junta falando sobre a Cooperativa, disse que já foi à Vice-Presidência e que o membro do Governo nunca os atendeu, nem os quer atender. Refere que o Centro de Dia é uma valência urgente para a freguesia, pois os residentes estão a ir para outras freguesias, quando se pretende que estes fiquem na sua freguesia e próximo dos seus. Disse ainda que, pelo que soube, esse assunto está num bom caminho, pois será abrangido com o apoio da Comunidade Europeia. ---

José Élio Ventura disse que pela leitura da ata anterior, ficou com a percepção de que havia algo de concreto sobre a asfaltagem das ruas referidas na mesma, pois foi referido que havia inclusive uma adenda sobre a asfaltagem da Ladeira Grande. Quanto à canada do Serriola, este, referiu que o IROA já construiu muitos caminhos nos Açores, sem querer discutir se é a entidade indicada para intervir ali, mas se foram ao local foi para assumir o compromisso de fazer, agora têm é de cumprir com o

prometido. Sobre o facto de não haver dinheiro salientou que se as pessoas são sérias sabem que não há dinheiro antes e depois das eleições.-----

José Élio Ventura fez observação sobre o conjunto de ofícios que não obtiveram resposta da Câmara, conforme foi explicado pelo presidente do Executivo. Pergunta assim, quantos ofícios foram remetidos ao Governo Regional e qual a resposta obtida. Acrescenta ainda que não basta dizer que a Câmara não faz isso ou aquilo. Falta aqui é o governo, este tem de marcar aqui a sua presença, passar das palavras aos atos. Em jeito de conclusão referiu ainda, que as propostas eleitorais do atual Executivo da Junta foram essencialmente baseadas no financiamento do Governo, enquanto a sua candidatura (José Élio Ventura) baseou-se em propostas com financiamento da Câmara.-----

António Toste disse ter vários assuntos a expor, querendo dar início com o Centro de Dia. Frisou ao senhor Presidente da Junta e a todos os presentes, que quem pode construir o Centro de Dia é uma IPSS, no caso concreto da Ribeirinha há três; o centro Social e Paroquial com o ATL e o Centro de Idosos, a casa do Povo que não tem nenhuma valência e o centro da Ladeira com a dos Idosos. Disse que como foi referido na última ata e sendo do conhecimento público que a Cooperativa já é do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha e dado que a Junta não pode construir o Centro de Dia como o senhor Presidente da Junta disse, não percebe a ideia de ter procurado ter reunião com o doutor Artur Lima. Expõe ainda que os projetos para a construção do Centro contaram com o apoio do Governo e da Câmara, foi e é o Centro Social e Paroquial que desenvolveu esses projetos e é pretensão do mesmo avançar para a sua concretização. Refere ainda que a Junta já está há mais de seis meses no poder e nunca procurou o Centro para tratar desse assunto, nem sobre o uso da carrinha, usualmente usada pelos Executivos anteriores, dando assim uma ajuda com as despesas da mesma, pois como é sabido o centro não tem dinheiro e toda a ajuda por parte da Junta é bem vinda, pois a carrinha é utilizada para benefício da freguesia. Conclui sobre este tema, que se é vontade da Junta ajudar nesse projeto, como vice-presidente do Centro Social e Paroquial e como membro da Assembleia o que sugere é que a mesma tenha uma reunião com o Centro, pois só agradece a colaboração da Junta.-----

O Presidente da Assembleia explicou que o assunto da Cooperativa surgiu na reunião da Assembleia apenas pela participação do público.-----

António Toste trouxe à Assembleia o problema da falta de passadeiras junto à sua moradia, estas já existiam anteriormente e depois de ter sido asfaltado de novo, as mesmas não foram riscadas e fazem falta para os peões. Falou também, do problema de estacionamento na Rua da Igreja. Pedindo, uma melhor vigilância/intervenção da polícia para os casos de mau estacionamento.-----

Alberto Melo, disse já ter contactado a PSP sobre diversos problemas da freguesia, e que os agentes têm aparecido na freguesia com alguma frequência.-----

José Élio Ventura voltou a referir a questão já exposta sobre o *Facebook*, do qual não obteve resposta.-----

Helena Toste disse que, em seguimento do falado na última reunião, perguntou a um jurista e obteve como resposta que quem faz a gestão, tem toda a liberdade para a gerir, pois as pessoas têm sempre forma de enviar mensagem e obter resposta. Esta diz que vão debater o assunto e darão *feedback* sobre o mesmo na próxima reunião.-----

José Élio Ventura alegou, não ser uma questão de legalidade, mas sim de contexto político. É o Executivo que tem de decidir se quer trabalhar com abertura à sociedade, que quer ouvir as pessoas e que não tem receio dos comentários. Salientou ainda que o executivo pode querer ter uma estratégia da lei da rolha e não deixar que ninguém comente coisa alguma. Na sua opinião, uma boa governação implica ouvir as pessoas seja no *Facebook*, através de contacto direto na rua, ou outro, só ajuda a governar melhor e é esse o interesse da freguesia.-----

-----Período da ordem do dia-----

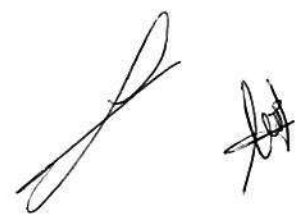
Ponto Um - Atividade da Junta de Freguesia relativa ao período de janeiro a março de dois mil e vinte e dois.-----

O presidente da Assembleia, alertou e pediu aval a todos os membros da Assembleia para a substituição do documento anteriormente distribuído sobre as atividades do primeiro trimestre da Junta de Freguesia da Ribeirinha, uma vez que havia um lapso de escrita, foi assim, aprovado por unanimidade a substituição do documento.-----

O presidente da Junta, iniciou a sua intervenção, fazendo a leitura e explicação do documento "Junta de Freguesia da Ribeirinha – Atividades de janeiro a março" conforme exemplo antecipadamente enviado a todos os membros da Assembleia de Freguesia.-----

O presidente da Assembleia deu de novo a oportunidade aos membros eleitos de levantarem eventuais questões, dúvidas ou esclarecimentos ao Executivo.-----

José Élio Ventura, questionou sobre qual os contornos da parceria com a Secretaria Regional da Agricultura. O que se prevê fazer na Canada de servidão junto ao tanque de abastecimento de água na canada do Capitão onde foram intervencionados apenas trinta metros quando a canada tem mais ou menos trezentos metros. Este deu opinião sobre a oportunidade excelente da festa da freguesia ser uma forma de ajudar as Instituições/coletividades que têm passado dificuldades, dando o exemplo das filarmónicas e dos ganaderos apoiados pela Câmara e pelo Governo Regional.



Questionou ainda sobre o funcionamento dos gabinetes, não entendendo como estes eram de atendimento presencial, quando exigiam marcação prévia. Disse ainda que o gabinete de apoio ao agricultor sabe a pouco, o que quer dizer é que se for para fazer registos de nascimento, estes podem ser feitos online. Disse estar curioso em saber quantas pessoas vai esse funcionário atender. Este gabinete só demonstra que este é um governo rico, quando se diz continuamente que não há dinheiro. Na sua opinião o gabinete do agricultor deveria ter um técnico, de forma que os agricultores pudessem fazer as candidaturas aos subsídios, pede assim, ao Executivo compromisso para prestação de outros serviços no Gabinete do Agricultor. -----

De acordo com o senhor Presidente da Junta há o compromisso para alargar as funções deste gabinete à realização de candidaturas.-----

Alberto Melo interveio referindo que a Canada Capitão é sujeita a muito lamaçal proveniente das enxurradas que vêm da canada de servidão que asfaltaram à volta de trinta metros com o intuito de que seria uma grande ajuda na resolução desse problema. Quanto às Instituições referiu que se vai realizar a festa do dia da freguesia, na qual serão inseridas todas e assim será dado apoio, conforme estipulado. No que respeito aos gabinetes, estes eram presenciais nos dias e horas convencionadas, só que não houve adesão.-----

Helena Toste interveio dizendo que dado a afluência ser zero e pelo facto de estes serem liderados em regime de voluntariado, era de todo desmotivador para quem estava a dar do seu tempo, e então, optou-se pela prévia inscrição.-----

José Élio Ventura torna a intervir sobre a canada de servidão na canada do Capitão, este disse que, a mesma que não é da Secretaria da Agricultura, e, no entanto, foi sujeita a intervenção pela mesma Secretaria, daí a sua insistência ao referir haver contradição quando referem que para a canada do Serriola não é praticável, mas aqui já o foi possível. Comenta ainda como se pretende resolver o problema na canada do Capitão com apenas os trinta metros de asfaltagem dessa canada e que o IROA deve elaborar um documento técnico que justifique a não asfaltagem do resto da canada, visto que os outros agricultores com terrenos naquela canada estão na expectativa e que os primeiros agricultores da canada não são melhores do que os últimos. Disse assim, que o presidente da Junta deveria remeter um ofício ao IROA para a asfaltagem de toda a canada. Este alerta ainda, para as candidaturas à GRATER, com o prazo a decorrer, questionando quais as perspetivas do Executivo sobre as candidaturas, refere ainda, que a dotação da medida são trezentos mil euros, e que cada candidatura vai até sessenta mil euros, agora há que trilhar o caminho para as propostas serem aprovadas, pois isso é um processo muito procurado.-----

Alberto Melo disse já estarem a trabalhar nas propostas a apresentar à GRATER, deu como exemplo de proposta a cobertura de uma área na zona de Lazer, investimento na ordem de quarenta e tal mil euros, requalificar parque abandonado com parque infantil inclusivo, por detrás do campo do Boavista e requalificar a canada do Espigão.-----

João Leal disse estar a trabalhar no orçamento para os apoios às coletividades. -----

António Toste interveio falando ainda sobre a canada de servidão já referida anteriormente, dizendo que a intervenção que foi feita não resolve o problema do escorrimento de terras. Para resolver o problema deveria ser asfaltada toda a canada, o que também beneficiaria os restantes agricultores. Lamentou ainda o desconhecimento revelado pelo presidente da junta relativamente à área intervencionada, dado que o mesmo se refere sempre a 20 ou 30 metros, quando na realidade foram asfaltados no mínimo mais de 50 metros. Questionou ainda para quando se prevê a intervenção no resto da canada. Este argumentou, que o terreno em que diz que vai fazer um parque infantil inclusivo, não é da Junta e constatou que o presidente desconhece a situação da titularidade daquele espaço, onde pretende fazer um investimento. Disponibilizou-se ainda para ajudar na clarificação desta situação.-----

Continuando a intervenção, António Toste enalteceu o bom trabalho que a Junta de Freguesia tem efetuado na área da limpeza, mas alertando para a existência de dois poços sumidouros de água, identificando a localização dos mesmos e que ambos estão a necessitar de limpeza, para prevenir e evitar que eventuais fortes chuvadas causem prejuízos à população.-----

Alberto Melo assumiu o compromisso de tratar do assunto.-----

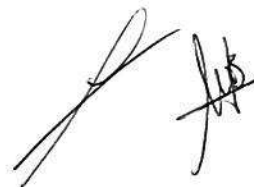
Ponto dois – Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, bem como respetiva avaliação.-----

O Presidente da Assembleia, informou que o documento será apreciado, logo não será votado, tendo desde logo dado a palavra a Alberto Melo, que por sua vez solicitou que fosse João Leal a expor o tema.-----

João Leal informou que conforme documento na posse dos membros da Assembleia, encontra-se disponível para qualquer esclarecimento, caso assim o entendam.-----

António Toste referiu a importância do documento para se ter conhecimento do património da freguesia.-----

José Élio Ventura deixou duas notas, uma relativa à rubrica 43029 que apresenta um valor de cento e setenta mil euros, que pelo seu montante causa alguma apreensão, bem como, coloca à reflexão se o inventário não deveria entrar em linha de conta com as amortizações.-----



João Leal considerou o exposto pertinente, informando que não existiram grandes alterações face ao inventário anterior, pois está em curso o processo de transição, da empresa Globalsoft para a Sisdias, mas que pretende aprimorar o documento num futuro próximo.-----

Não havendo mais questões o presidente da Assembleia, deu o ponto dois da ordem de trabalhos como devidamente apreciado pela Assembleia.-----

Ponto três – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas de dois mil e vinte e um. O presidente da Assembleia, cedeu a palavra a Alberto Melo, que por sua vez solicitou que fosse João Leal a expor o tema.-----

João Leal efetuou uma breve explicação sobre o assunto, mostrando a sua disponibilidade para qualquer eventual esclarecimento.-----

António Toste referiu a importância de ser facultado pelo presidente da Junta um documento sobre a situação financeira do Executivo, não permitindo desta forma fazer uma análise correta, solicitando que na próxima Assembleia o documento seja disponibilizado aos membros da mesma. Solicitando também que as demonstrações de execução orçamental sejam facultadas num mapa desagregado, para melhor análise. Este colocou ainda, uma dúvida relativamente à receita, pois relativamente às rendas da antiga escola do Caminho Novo, no seu entender a Junta deveria ter cobrado cerca de mil e quinhentos euros e apenas cobrou quatrocentos e cinquenta euros em dois mil e vinte e um, solicitando esclarecimento do porquê da situação.-----

João Leal informou que quando o Executivo tomou posse, o rendeiro associação das aves saiu do espaço, solicitando perdão total das rendas em atraso, que se cifraram em quinhentos euros, tal proposta não foi aceite pelo Executivo, tendo-se chegado ao acordo mútuo de pagarem quatrocentos euros, que foram pagos já em dois mil e vinte e dois, existindo assim um perdão efetivo de cem euros.-----

António Toste questionou o Executivo sobre quem era o presidente da Associação das Aves.-----

Alberto Melo informa ter sido abordado pelo Sr. José Pedro, indicando este que a referida Associação passava por dificuldades e que tinham a oportunidade de se mudarem para a praça do mercado na Vinha Brava, com o apoio da Câmara Municipal. Não tendo sido atendido o perdão total e sim apenas de cem euros.-----

António Toste questionou sobre a quantia que ainda estava em falta.-----

Helena Toste informou que o barbeiro tinha rendas em falta em dois mil e vinte e um, e que estas foram pagas já em dois mil e vinte e dois.-----

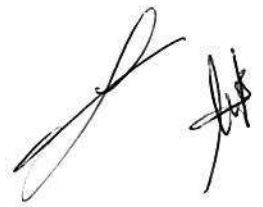
António Toste referiu que, apesar das boas contas relativas a dois mil e vinte e um, faltaram receber mil e cinquenta euros no referido ano. Este questionou o Executivo sobre várias rubricas contabilísticas do final do exercício de dois mil e vinte e um, tendo ficado latente que a falta de mapas contabilísticos desagregados, não permitiu esclarecer todas as dúvidas.-----

O Presidente da Assembleia voltou a reforçar a importância de que na próxima Assembleia, os referidos documentos, sejam efetivamente disponibilizados à Assembleia de Freguesia.-----

António Toste mencionou que uma vez analisadas as contas, nomeadamente o saldo de vinte e três mil euros, verifica-se que desde a saída do anterior Executivo e a entrada do atual, nunca faltou dinheiro à Junta de freguesia, assim o discurso que o atual Presidente da Junta teve junto de algumas pessoas, de que a Junta de Freguesia não tinha dinheiro foi falso, sendo injusto perante os anteriores membros do Executivo da Junta de Freguesia, que deixaram a Junta com contas certas, saudáveis, permitindo continuar o bom trabalho já realizado na última década.-----

Alberto Melo solicitou a João Leal para explicar a razão que desencadeou o discurso de que a Junta não tinha dinheiro. Este último assumiu que pode ter tido alguma culpa dado ter referido com o restante Executivo que no final de dois mil e vinte a Junta recebeu quatro mil e oitocentos euros para a realização da obra da D. Maria Couto, não tendo sido executada a obra em dois mil e vinte, porém aquando da primeira revisão orçamental de dois mil e vinte e um os quatro mil e oitocentos euros foram mal orçamentados, tendo sido afetos a receita de capital próprio, este facto originou constrangimentos, porque na prática os vinte e três mil euros das contas hoje apresentadas, destinam-se em exclusivo à obra da Canada Capitão, não tendo o atual Executivo a verba para realizar a obra da D. Maria Couto, tal fosse o caso, ou seja, na prática existe um défice estrutural de quatro mil euros, podendo ter sido essa questão que originou o discurso de Alberto Melo e que condicionou a ação do Executivo no final de dois mil e vinte e um e poderá condicionar também em dois mil e vinte e dois, pois no seu entender e conforme exposto, o saldo das contas deveria ser de aproximadamente vinte e sete mil euros, e não os vinte e três mil euros. Optou-se por não colocar observações no relatório, por opção e salvaguardando a Junta freguesia.-----

António Toste manifestou a sua surpresa, porém não duvidando da explicação de João Leal, continua argumentando que não houve justificação para o discurso que o presidente do Executivo teve, quanto ao facto de a Junta não ter dinheiro. Este disse ainda que se tivessem sido cobrados os mil e cinquenta euros das rendas que ficaram por cobrar em dois mil e vinte e um, se fosse cumprido à risca o pagamento do pessoal e as despesas mensais normais, e não gastassem em almoços e no mercado de Natal, tinham dinheiro suficiente, pois na sua opinião o Executivo anterior não tem



obrigação de deixar verbas para o atual Executivo, a não ser as necessárias para pagar eventuais despesas com pessoal, água, luz e outros. Termina assim agradecendo a explicação de João Leal. ---- João Leal disse que pelas suas contas, tinha de terminar o ano com vinte e sete mil euros e não conseguiu, referiu ainda, que não foram dados apoios no Natal de dois mil e vinte e um às Instituições da freguesia, porque já não tinham para dar, conforme foi questionado pela colega da Assembleia Emiliania Gaspar na anterior assembleia, devido aos constrangimentos financeiros atrás referidos. Optou-se por realizar o mercado de Natal, permitindo às Instituições realizarem elas próprias as suas receitas. Este referiu ainda que foi impossível recuperar a verba aproximada de quatro mil euros. No entanto, reconheceu que foram gastos no mercado de Natal cerca de mil euros. Com a montagem da iluminação de Natal e respetivos arranjos, bem como o pagamento à EDA, totalizou em dois mil euros. -----

António Toste disse já ter percebido o exposto pelo João Leal, considerando ter existido efetivamente um lapso, ainda assim, disse que aquilo que a Junta fez para além do que era normal, se não tem sido efetuado, o dinheiro era o suficiente. Este, não criticando o que foi realizado, enalteceu a iniciativa do Mercado de Natal.-----

João Leal referiu que a opção para fechar as contas com o montante anteriormente referido, seria não terem sido efetuadas as atividades mencionadas anteriormente, bem como a tourada, que originou um custo de cerca de oitocentos euros. -----

António Toste reforça que as verbas gastas fora do normal também contribuíram para esse défice estrutural, se tal não acontecesse restariam verbas ou então ficaria equilibrado. Referiu que pior ocorreu em dois mil e cinco, quando assumiu o Executivo da Junta de Freguesia, com um saldo negativo de cinco mil trezentos e setenta e um euros.-----

José Élio Ventura considerou que a conversa que o presidente do Executivo teve, dizendo que a Junta não tinha dinheiro, acabou por encerrar alguma malícia, pois o anterior Executivo concluiu o saldo de gerência a transitar com vinte e três mil euros, não sendo correto o discurso tido, pois não foi deixado qualquer buraco financeiro, a Junta tinha as suas contas consolidadas, sem empréstimos, sem dívidas, sendo que o montante de quatro mil euros representa apenas 1,7% do executado em dois mil e vinte e um, portanto dizer que não existe dinheiro não é correto, não existindo também desculpas para o futuro, não sendo o histórico financeiro dos últimos dezasseis anos, a razão para o atual executivo ~~pode~~ argumentar de que não tem dinheiro, mas sim da capacidade em o trazer para a freguesia da Ribeirinha. O que é facto é que as contas estão equilibradas e, portanto, não há desculpas para o futuro. -----

Helena Toste interveio complementando o já dito pelo João Leal sobre a forma de apoio às Instituições no fim do ano passado.-----

João Leal intercedeu dizendo que não é uma questão de constrangimento financeiro, mas, na sua ótica, dever-se-ia passar com os vinte e sete mil euros e não os vinte e três mil euros que já estão afetos à obra da cana da Capitão, obra essa que tem de ser feita, daí ter alertado ao restante Executivo que tinha de ser muito bem gerido e haver cuidado com as atividades da Junta.-----

José Élio Ventura reforçou a ideia falando sobre o ónus muito forte que recai sobre o Executivo que saiu, dizendo-se que não havia dinheiro, quando na verdade se encerra este capítulo de forma equilibrada.-----

António Toste disse compreender não terem dado apoio às coletividades naquela altura, referiu ainda, que não está contra o que a atual Junta tem feito, investiu por exemplo no mercado de Natal, o que na sua opinião foi uma coisa diferente. Reitera, no entanto, que o anterior Executivo deixou dinheiro suficiente para acabar o ano.-----

O Presidente da Assembleia levou o ponto três a votação. Tendo sido aprovado favoravelmente por unanimidade.-----

Ponto quatro – Apreciação e eventual aprovação da 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento de dois mil e vinte e dois.-----

O presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta, tendo este remetido a palavra ao tesoureiro João Leal.-----

João Leal disse, que, o saldo de gerência vai ser transposto, aproveitou ainda a alteração para inscrever reforço no IMI a mais, no valor de setecentos e cinquenta euros, assinatura do contrato de competência interadministrativo, vulgo My Angra, a que todas as entidades se podem candidatar, inclusive as Juntas de Freguesia, como o caso da nossa Junta, que, já assinou. Foi também assinada uma adenda ao contrato para os programas ocupacionais, referiu também, o contrato dos CTT que vai ser ratificado nesta Assembleia.-----

António Toste interveio, questionou algumas rubricas, como a de outras conservações, atividades cívicas e religiosas e outras entidades. Concluiu este, que com este reforço da Câmara e o protocolo dos CTT, o orçamento para este ano melhorou em nove mil e seiscentos euros.-----

O Presidente da Assembleia levou o ponto quatro a votação, tendo obtido aprovação por maioria, com cinco votos a favor pelo grupo do partido social-democrata e quatro abstenções do grupo do partido socialista.-----



Ponto cinco – Ratificação do Protocolo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um (para inumação de cadáveres em sepulturas ou jazigos).-----

O Presidente da Assembleia fez notar que aquando da elaboração da convocatória houve um lapso de escrita, quando se lê que a ratificação do protocolo foi em trinta e um de dezembro deve ler-se três de janeiro de dois mil e vinte e dois.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao presidente do Executivo e este por sua vez cedeu-a ao João Leal, este último disse que este ano foi diferente, a Câmara pediu que as minutas fossem aprovadas em Assembleia, estas foram assim, aprovadas na última Assembleia, assinou-se já o protocolo e trouxemos aqui apenas para ratificar.-----

Após esclarecimentos sobre este ponto, o Presidente da Assembleia levou o mesmo a votação, sendo este aprovado por unanimidade.-----

Ponto seis – Ratificação do contrato Interadministrativo de delegação de competências anuais celebrado entre o município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em um de janeiro de dois mil e vinte e dois (para gestão e manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, etc).-----

O Presidente da Assembleia fez novamente nota que houve um lapso na convocatória, quando se lê que foi assinado em um de janeiro deve ler-se a seis de janeiro de dois mil e vinte e dois.-----

Teve a palavra o senhor Presidente da Junta, que de novo cedeu-a ao Tesoureiro, este último, disse que como referiu na execução orçamental o contrato de delegação de competências anuais foi orçamentado já no orçamento inicial, depois foi transmitido à Câmara Municipal, logo aqui, o contrato definitivo já assinado.-----

O Presidente da Assembleia dá oportunidade a que se possam colocar questões sobre o assunto, mas sem qualquer intervenção colocou este ponto a votação. Tendo sido aprovado por unanimidade. ---

Ponto sete – Ratificação do 1º aditamento ao contrato interadministrativo de delegação de competências anuais celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, a dezoito de março de dois mil e vinte e dois.-----

O Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor presidente da Junta e este cedeu-a a João Leal. Este explicou o objeto do aditamento em questão, com destaque para um reforço de verba de cinco mil euros, por parte da Câmara Municipal.-----

José Élio Ventura referiu a existência de uma incongruência evidente do contrato de Aditamento, tendo verificado que o mesmo não estava corretamente elaborado, tendo-se verificado a existência

de várias gralhas. É abordada a cláusula 21, mas a alteração verifica-se é na cláusula 17. Esta, no ponto um tem várias alíneas não estando estas referenciadas. Dadas estas incongruências sugeriu-se que a proposta deveria ser retirada. Considerando que o erro é das partes, pois ambas, quer a Câmara quer a Junta, não detetaram os vários lapsos.-----

O Presidente da Assembleia, após decisão unânime da Assembleia, excluiu o ponto sete da votação, fazendo referência, de que o aditamento ao contrato deverá ser ratificado numa futura Assembleia de Freguesia, depois de corrigidos as transcorrências.-----

Ponto oito – Ratificação do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, Delegação de competências. -----

O Presidente da Assembleia fez menção de que no referido documento é referida uma deliberação da Câmara Municipal ocorrida a dezassete de dezembro de dois mil e vinte e dois, quando efetivamente foi no ano de dois mil e vinte um, considerando-se que o referido lapso não é relevante para o objeto do contrato que foi levado a discussão. Obtida a anuência da Assembleia de freguesia sobre a explicação, este cedeu a palavra ao Presidente da Junta.-----

Alberto Melo por sua vez, cedeu a palavra a João Leal. Este efetuou uma breve exposição sobre o assunto.-----

O Presidente da Assembleia disse que dado não existirem dúvidas sobre este ponto, levou o mesmo a votação. Tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto nove – Ratificação do contrato de Prestação de Serviços celebrado entre os CTT e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, a dez de março de dois mil e vinte e dois.-----

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao Presidente da Junta e este cedeu-a, por sua vez, a João Leal. O mesmo efetuou uma explicação sobre o assunto, destacando que este novo contrato tem início na segunda quinzena de maio, com o reforço de verba conforme já explicado na revisão orçamental.-----

António Toste refere que a revisão deste contrato foi uma luta de muitos anos, enaltecendo o trabalho da ANAFRE Regional para a concretização do mesmo, constituindo mais uma fonte de receita para a Junta. Considera também que uma eventual revisão do contrato com a EDA, poderia vir a beneficiar a freguesia.-----

Nada mais havendo a referenciar sobre este ponto, o presidente da Assembleia, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.-----



Ponto dez - Outros assuntos. -----

O Presidente da Assembleia deu a oportunidade aos presentes eleitos para exporem assuntos não tratados nos pontos anteriores e que achassem pertinentes serem abordados.-----

José Élio Ventura questiona, então, o Presidente da Junta acerca do ponto de situação da obra de execução da zona de banhos, pois existiu um forte apoio e envolvimento de membros do Governo, aquando da campanha eleitoral para a realização da mesma. Na sua opinião esta obra deveria ter um arranque célere, dado o interesse inicial das partes. -----

Alberto Melo informou que existiu recentemente uma reunião com o Secretário do Mar e respetivo delegado, mantendo estes o interesse na obra, tendo solicitado a construção prévia de acessibilidades, para permitir o acesso de maquinaria. Refere também, que ocorreu reunião com o Secretário da Agricultura, para que se consigam efetuar as referidas acessibilidades. Foi também consultada a Secretaria do Ambiente, com vista à recolha de um parecer ambiental. Sendo um processo que está a decorrer, porém envolvendo várias entidades, levará a um investimento financeiro significativo e a um prazo para realização que não se prevê que seja breve.-----

José Élio Ventura referiu a importância de desencadear o processo rapidamente, não tendo ainda chegado a fase de projeto. Deixa a nota, de que o acesso à zona de banhos não é competência da Secretaria da Agricultura e que fará mais sentido ser a referida Secretaria a construir a canada da Serríola, pois a mesma está inserida numa área de terreno agrícola compartimentada e é um investimento necessário.-----

Alberto Melo informou a Assembleia que a Vice-Presidência do Governo Regional enviou informação para o Executivo, que sendo o presidente pensionista, tem direito a receber remuneração em regime de meio tempo, tendo sido aprovado em reunião do Executivo a sua adesão, ficando agora a aguardar despacho e cujo encargo é assumido pelo Orçamento de Estado, sem custos para a Junta de Freguesia.-----

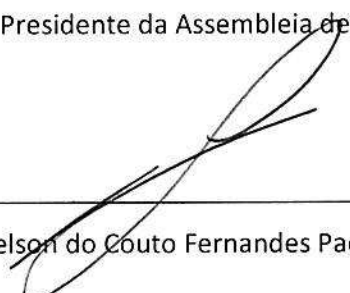
José Élio Ventura questionou se a verba destinada a este efeito, acresce efetivamente ao orçamento da Junta e qual o respetivo montante. -----

João Leal respondeu que a verba em questão acresce ao orçamento da Junta em caso de despacho favorável da entidade competente, não tendo ainda informação concreta do montante. Não havendo nada mais a referenciar sobre este ponto, o Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto. Seguidamente, o mesmo solicitou à primeira secretária, Ana Costa, a leitura da minuta das deliberações tomadas. Esta última, procedeu à respetiva leitura, tendo sido aprovada pelos membros

da Assembleia de Freguesia, de forma unânime. Sendo assim, esta foi assinada pela Mesa da Assembleia.-----

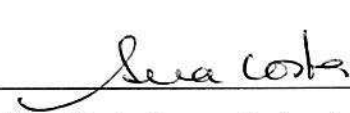
O Presidente da Assembleia referiu que este era o momento indicado para a intervenção do público, mas dado que não houve público presente e não havendo mais nada a tratar, agradeceu aos presentes a forma como decorreu a Assembleia e deu os trabalhos como encerrados pelas vinte e três horas e três minutos.-----

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,



(Ana Maria Gomes Codorniz Costa)



Assembleia de Freguesia da Ribeirinha

Minuta de deliberações

Ao trigésimo dia de junho de dois mil e vinte dois, referente à segunda sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, foram tomadas as seguintes deliberações:

Pelo grupo do partido social-democrata:

Diliana Parreira Pacheco

Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda

Ângela de Fátima Pereira Borges Pires

Ana Maria Gomes Codorniz Costa

João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima

Pelo grupo do partido socialista:

José Élio Valadão Ventura

António Gonçalves Toste Parreira

Wendy Mary Toste Ferreira Vieira

Emiliana Pires Gaspar

Ponto 2 - Apreciação e eventual aprovação da 2ª Alteração Modificativa ao orçamento de 2022: resultando em 9 votos a favor. Aprovado assim, por unanimidade.

Ponto 3 – Ratificação do 1º aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências anuais celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, a 18 de março de 2022: resultando em 4 abstenções, 5 votos a favor. Aprovado assim por maioria.

Ponto 4 – Ratificação do Contrato-Programa celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia da Ribeirinha, em 10 de maio de 2022: resultando em 9 votos a favor. Aprovado assim, por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi lida, aprovada e assinada a presente minuta.

Presidente da Mesa da Assembleia



(João Lima)

1ª Secretária



(Ana Costa)

2ª Secretária



(Ângela Pires)